



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com prefeitos de cidades alagadas no Piauí

Teresina-PI, 05 de maio de 2009

Primeiro, [quero] cumprimentar os prefeitos, as prefeitas,

[Quero] cumprimentar o nosso Governador,

O nosso Senador,

O Vice-Governador,

Agora que chegou a nominata aqui, eu não quero mais. Pode levar de volta.

Em primeiro lugar, é importante dizer para vocês porque eu tomei a decisão de vir hoje ao Piauí, e daqui a pouco eu vou ao Maranhão, para visitar os lugares que estão sendo mais prejudicados. Todos nós, em algum momento, já vivemos situações de emergência nas cidades em que a gente mora, nos estados em que a gente mora. Essas situações de emergência servem para duas coisas básicas. A primeira é para nos ensinar como é que a falta de planos diretores neste país permitiu que a gente visse pessoas... e que administradores, ao longo do século, permitissem que as pessoas morassem em lugares que nós sabemos serem inadequados para morar. A segunda coisa é que nos ensina que só tem lógica ter investimentos em infraestrutura se você não fizer as coisas no mesmo lugar em que nós sabemos que daqui a algum tempo vai dar outra cheia.

Eu estava sobrevoando com o Wellington... Eu já vim aqui, acho que em 2003, em 2004, quando a emergência da época era um dique que estava para estourar, e foi feito um reforço pelo Exército brasileiro. Eu estava sobrevoando com o Wellington ali, e eu estava dizendo: Wellington... e estava dizendo ao prefeito também: cada casa que nós fizemos no mesmo lugar, daqui a dois,



três anos, quatro anos ou cinco anos, a gente vai estar visitando e vai estar vendo a casa nova outra vez coberta por água.

Eu fui visitar uma família que estava ali acampada, e a família quer uma casa na beira do rio porque a família é pescadora e ela não quer sair da beira do rio. Eu estava tentando convencer a mulher de que é importante que ela tenha uma casa, não tão na beira do rio, um pouco mais afastada, e que a gente discuta criar as vantagens para quem é pescador, dar uma infraestrutura mínima, para quando eles chegarem à beira do rio, eles tenham uma fabriquinha de gelo, que eles tenham algum negócio para fazer o tratamento do peixe. O que não pode é fazer a casa no mesmo lugar que encheu. Isso seria total irresponsabilidade nossa.

Mas é no Brasil inteiro. Eu agora fui ao estado do Amazonas e vi muito mais água do que eu vi aqui, porque o rio Amazonas é muito maior do que o rio Poti, e aquilo estava alagando. Estava não sei quantos metros já, acima do normal. Essa enchente já tinha acontecido no rio Juruá, no estado do Acre, mais de um mês atrás. Depois que enche o Acre, enche o Amazonas, depois que enche o Amazonas, enche o Pará, até a água chegar ao mar.

Aqui eu estava vendo que nós temos algumas coisas para fazer, de emergência. O que a gente faz de emergência? Primeiro, a gente tenta tirar as pessoas das casas; segundo, a gente tenta cuidar da alimentação; terceiro, a gente tenta cuidar da saúde das pessoas. Esses são os três ingredientes prioritários que nós temos que fazer, porque outras coisas nós só poderemos fazer quando a água baixar, quando a gente puder fazer um levantamento real do estrago que a água fez, da quantidade de dinheiro que vai precisar para consertar as estradas, da quantidade de casas que nós vamos ter que refazer, das casas que nós vamos ter que mudar, e isso leva algum tempo.

O que não pode faltar, Governador e companheiros prefeitos, é a prioridade zero. Qual é? Tirar as pessoas de onde elas estão correndo risco, cuidar da saúde das pessoas e cuidar da alimentação das pessoas. Esses são



os três ingredientes básicos, e aí, cada prefeito tem a sua Defesa Civil e cada prefeito já sabe como fazer.

A quarta prioridade é a gente cuidar para que as crianças não percam muitos dias de aula. É preciso a gente cuidar para que as crianças continuem tendo as suas aulas, porque senão... nós estamos vendo o teste do Enem aí... Apesar [disso], companheiros ministros, este estado é um dos estados que têm o melhor nível de Educação... Acho que é o quarto colocado no Brasil inteiro, em Educação, melhor do que muitos estados ricos. Mas a gente não pode deixar as crianças perderem aula.

Vamos agora às coisas que são mais profundas, que exigem mais recursos e que, portanto, levam mais tempo. Eu queria aqui me restringir às reclamações, de um lado, de vocês; de outro lado, do Governador; e de outro lado, nossa, do governo federal. Como nós somos um país em que durante 30 anos a economia não cresceu e, portanto, a gente não pensava em desenvolvimento, ao longo desses 30 anos nós fomos criando regras de fiscalização. Então, nós criamos muitos mecanismos de fiscalização e poucos instrumentos de produção e execução. Essa é a verdade. Se o ministro Geddel fizer alguma coisa que não esteja de acordo com a lei, o primeiro a vir em cima dele é o adversário político dele, dizendo que ele está gastando dinheiro fora da lei. O segundo é o Tribunal de Contas da União, que vai dizer que ele está totalmente errado, vai mandar suspender a obra. O terceiro é o Ministério Público, que vai logo meter um processo em cima dele, disponibilizar os bens dele. E é isso o que a gente tem visto por este país afora e, certamente, nas cidades vocês sentem praticamente a mesma coisa.

O que nós temos que fazer? Nós temos demandas de uns prefeitos. Eu não sei se vocês entregaram todas as demandas. Certamente, nem todo prefeito ainda tem o resultado concreto dos prejuízos que as chuvas causaram no seu município. E não adianta desespero. Nessa hora é como a gente tratar de uma pessoa que chegou baleada no hospital. A primeira medida não é tirar



a bala. A primeira medida é estancar o sangue, para depois a gente cuidar da bala. Neste momento, a primeira coisa que nós temos que fazer, depois de cuidar das três primeiras que eu falei, é a gente esperar a água baixar e aí, sim, a gente colocar equipes, se tiver, de Defesa Civil, trabalhando junto com o estado, para que a gente faça o mais rapidamente possível o levantamento do que cada município teve de prejuízo, seja de estradas, seja na área da educação, seja na área da saúde, seja na área de habitação. Nós temos que fazer esse levantamento.

Eu quero dizer para vocês, com a minha experiência de sete anos... seis anos e pouco na Presidência. O que faz facilitar a liberação de recursos não é a emergência, é o projeto. É o projeto que faz com que o dinheiro possa fluir com muito mais facilidade. Muitas vezes... eu posso dizer para vocês, hoje, que tem muitos erros da parte do governo federal na burocracia, que não dependem de quem é ministro. Dependem das leis que o Congresso Nacional criou para achar que estava fiscalizando e, na verdade, estava criando uma série de dificuldades.

Vocês estão lembrados da última enchente que deu no rio São Francisco. Já faz, acho que uns cinco anos, uma grande enchente que deu no rio São Francisco, e até hoje tem cidades que não conseguiram dinheiro. Por que não conseguiram dinheiro? Porque na hora em que o ministro libera uma parte do dinheiro, a segunda parte só pode ser liberada com a prestação de contas da primeira. Se não prestou contas, não tem como liberar, porque se um ministro ou um funcionário liberar, é ele quem vai pagar o preço de ter liberado. Como nós estamos vindo aqui para resolver, o que eu queria ponderar para vocês? Primeiro, que não faltará cesta básica. Segundo, se tiver problema de saúde em algum município, Wellington, não faltará gente do Ministério da Educação [Saúde] e médico para ajudar. Terceiro, se estiver faltando lugar para acampar as pessoas, é preciso que a gente fale com as igrejas, com os sindicatos, e a gente acampa as pessoas.



Eu tive uma boa notícia agora ali, que eu não vou dar porque eu já esqueci, mas a informação é que o rio já baixou 35 centímetros. Essa é a melhor notícia que a gente poderia ter, porque quando ele baixar a gente vai poder limpar aquilo que o rio criou de sujeira, de danos que ele praticou e a gente vai poder, então, fazer um levantamento fiel.

O Wellington já marcou, com o companheiro Geddel, uma ida a Brasília na semana que vem, marcou. É importante, Wellington, que nessa ida sua a Brasília, junto com a Casa Civil do estado, que você tenha – junto com quem da prefeitura faz esse levantamento – as coisas muito concretas e muito objetivas. Quando eu trouxe o Ministro dos Transportes, foi porque eu pensei que tinha problemas de transporte na área das estradas federais. Não tem, graças a Deus. Mas tem problema em estradas vicinais ou estradas estaduais. O Ministro dos Transportes não pode passar dinheiro, porque a lei não permite. Mas a gente pode, em função da realidade, passar um pouco de dinheiro para o orçamento. A gente pode passar um pouco do Ministério das Cidades, a gente pode ajudar em alguma coisa, mas não adianta um prefeito ou uma prefeita chegar ao Governador e falar: “estragou a estrada”. “Quanto?” “Não sei”. “Qual é o custo para fazer?” “Também não sei”. Olha, se for assim, não vai resolver. Eu estou sendo muito sincero, porque eu fui agora visitar aquele povo da beira do rio, e eu volto emocionado. Como é que um povo daquele, que está em uma situação desagradável como eles estão, ainda tem motivo para sorrir para a gente, para abençoar a gente e para agradecer a vinda da gente aqui.

Eu fico imaginando na cidade de vocês, no interior, é a mesma coisa. As pessoas ficam olhando para o céu. Eu morei em São Paulo, muito tempo, em lugar que dava enchente. Na hora em que começavam a ficar as nuvens negras, a primeira coisa que a gente fazia era ter dor de barriga, a segunda coisa era começar a rezar para não chover muito. A partir daí, a gente tinha que correr atrás de não perder as coisas que tinha dentro de casa, e quando perdia, passava um ano para poder comprar novamente, e quando estavam



novinhas, perdia outra vez.

Então, eu sei a agonia do povo, eu sei a angústia do povo, a expectativa. E sei que Teresina, por exemplo, é uma cidade construída, tem uma boa parte da cidade que é construída na várzea. A várzea é o lugar onde dá água, essa é a verdade. Em todo o território nacional nós temos todas as várzeas ocupadas, e é muito engraçado, que o povo que mora na beira do rio, não quer sair da beira do rio.

Eu me lembro que eu fui a uma cidade chamada Laranjal do Jari, no Amapá. O prefeito, na época, tinha dado um lote, afastado 500 metros - lá todo mundo morava em palafita, todo mundo morava quase no meio do rio - o prefeito tinha dado, na época, um lote 500 metros afastado, para que todo mundo que morasse em palafita saísse da palafita e fosse morar nos lotes. Ninguém saiu, porque o rio era o local de trabalho deles e o rio, na verdade, era a estrada deles, porque no rio Jari eles andam muito de barco.

E aqui... eu acho que em qualquer cidade é a mesma coisa. É muito difícil você convencer uma pessoa a sair do local em que ela nasceu. Não sei se vocês estão lembrados, uma vez, que em Belo Horizonte um homem perdeu seis filhos em uma casa que caiu em um barranco, faz uns quatro anos mais ou menos. Esse cidadão tinha ganhado uma casa da prefeitura, ele tinha se mudado para a casa nova. Aí ele saiu da casa nova, voltou para a casa velha, deu a chuva e matou os seis filhos dele. Normalmente, é assim. Quem governa município ou estado sabe que é difícil convencer uma pessoa a sair do local, mesmo as pessoas que moram em São Paulo e no Rio de Janeiro, na beira de um barranco, que a gente diz para elas: “vai cair esse barranco”, às vezes é preciso levar a polícia para tirar as pessoas que estão lá, porque elas não querem sair. Então eu acho, Wellington, que a gente tem um bom problema, porque sabemos onde é que enche d’água. Sabemos. A gente não pode cercar todo o rio Poti e o rio Parnaíba, como se fizesse um canal dele. A gente não pode porque a água da chuva iria tomar conta de Teresina. O que é preciso é



aproveitar essa enchente, pegar os lugares onde a água atingiu mais forte, que as casas estão totalmente cobertas, e nós temos que tirar aquelas casas de lá. Nós temos que abandonar aquelas casas e fazer outras para as pessoas. Mas a gente não pode tirar sem apresentar as novas, porque as pessoas ficam desconfiando. O que as pessoas pensam? “Eu vou sair da minha casinha, que enche d’água, e vou para onde?” Então, é preciso que a gente trabalhe com uma certa urgência.

Por isso, eu queria pedir que você e os prefeitos, mais o prefeito da capital, na semana que vem quando forem a Brasília, levassem as coisas com mais objetividade, para a gente poder trabalhar com mais agilidade. O que eu posso dizer para os prefeitos é que não é por causa de 5 milhões, não é por causa de 10 milhões, não é por causa de 15 milhões, de 20 milhões, que a gente não vai ajudar esse povo a minorar o sofrimento deles. Nós somos pobres, mas nem tanto. Está caindo a arrecadação do governo federal, está caindo a arrecadação do município – a do município nem tanto, porque nós garantimos o FPM do ano passado, que foi o mais alto FPM da história do Brasil. Agora, estamos aprovando a negociação das dívidas dos municípios com a Previdência Social, está para ser votada na semana que vem. Mas, de qualquer forma, nós sabemos que o governo federal pode mais. E se o governo federal pode mais, nós temos que chamar para nós a maior parte da responsabilidade para ajudar a resolver esse problema.

Eu só queria dizer para vocês uma coisa, Wellington: eu me comprometi com aquelas famílias que estavam ali, acampadas, que eu quero voltar aqui para inaugurar a casa delas. Muitas vezes, a gente vem em época de chuva, a gente vê, todo mundo vê e, passam as chuvas, todo mundo esquece. Como eu morei por seis anos em casa que dava enchente, no dia da enchente todo mundo queria se mudar. Passou a enchente, a gente lavava a casa, e como a gente gostava do local, “não vai chover mais”, e chovia outra vez.

Então, eu acho que a gente tem que aproveitar que a água vai embora



para fazer o trabalho que a gente tem que fazer, e fazer com carinho. E posso dizer para vocês que o governo federal, através do ministro Geddel, através do ministro Marcio, através do Paulo Bernardo, através do ministro (incompreensível), através do ministro Lobão, nós estaremos aqui para ser solidários nos bons e nos maus momentos. Eu acho que a hora é de a gente ajudar as pessoas que foram vítimas da enchente.

Agora, vejam como o Brasil é complicado: na semana que vem eu vou ao Rio Grande do Sul para visitar a seca no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. Quem diria que a gente iria ver isso acontecer? Isso significa que nós precisamos olhar mais seriamente a questão climática que tanto se discute hoje. Alguma coisa está mudando, e nós ainda temos tempo de reparar. A primeira reparação é cuidar do povo pobre deste país, que foi vítima da enchente, sobretudo, do Piauí.

Gente, um abraço. Eu vou agora para Bacabal, no Maranhão, porque parece que lá a coisa está... tem mais água do que aqui, ainda. Só espero que a água de lá não venha para cá, só espero que a água de lá vá para outro lugar. Manda passar um pouquinho lá em Garanhuns, Wellington, para poder encher um pouquinho a minha cidade lá, Caetés e Garanhuns. Depois, nós vamos continuar ajudando.

Agora, Wellington, eu vou dar um último aviso: é preciso precisão na elaboração dos projetos, para que a gente possa fazer fluir com mais facilidade o dinheiro.

Um abraço, gente. Boa sorte. Quem tiver demanda para fazer, vai entregando as demandas, porque podem ficar certos de que alguém vai ler isso aqui e nós vamos responder.

(\$211A)



**Presidência da República
Secretaria de Imprensa
Discurso do Presidente da República**
